



Moção de repúdio

Encaminhada pelo GT 41 - DINÂMICAS GLOBAIS DO AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA E NO MATOPIBA: ESCALAS, CONFLITOS E PROJETOS.

Propomos que o XIV ENANPEGE aprove moção de repúdio às alterações nas legislações promovidas pelo governo federal e Congresso nacional, durante a pandemia, que favorecem o agronegócio e possibilitam um avanço exponencial dos conflitos, da despossessão, da degradação socioambiental, da precariedade das condições de trabalho e da violência no campo, sobretudo nas zonas de expansão do agronegócio como a Amazônia e o Matopiba. Nesse sentido, repudiamos:

- A Lei 13.986 de abril de 2020 (Lei do Agro) – que amplia financiamentos para o agronegócio, possibilitando inclusive captação de recursos no mercado externo com emissão de títulos do agronegócio em moeda estrangeira o que viabiliza aumento da estrangeirização das terras, entre outros processos deletérios para o campesinato, povos indígenas e comunidades tradicionais;
- A Portaria 22.677 de 22 de outubro de 2020 que altera a norma regulamentadora N.31 – que trata da Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Essa alteração, que começa a valer a partir de outubro de 2021, dificulta a penalização dos patrões por descumprimento de normas trabalhistas no campo, de modo que será ainda mais complexo caracterizar condições de trabalho análogas à escravidão. A alteração também reduz exigências no cumprimento de normas de segurança, como no armazenamento de agrotóxicos, aumentando os riscos à saúde de trabalhadores.
- Alterações na posse de armas – um conjunto de decretos aprovados em fevereiro de 2021 promove mais armas no país, particularmente no campo. Entre as medidas está a ampliação do número de armas por CPF, bem como autorização para o uso de armas em toda a propriedade rural e não apenas na sede da fazenda.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

Consideramos que estas legislações, aprovadas em um contexto pandêmico que já ceifou a vida de mais de 600 mil pessoas no Brasil, criam as condições para o acirramento das múltiplas desigualdades e da violência no campo. O ENANPEGE repudia a ação do Estado brasileiro de favorecer explicitamente o aumento dos conflitos e mortes no campo.

Brasil, 15-10-21